

## Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877)

Charitable interests in the actions and feelings of  
philanthropy in Brazil (If the drought of 1877)

Francivaldo Alves Nunes\*

**Resumo:** Os problemas provocados pela seca de 1877 nas províncias do Nordeste do Brasil exigiam uma intervenção mais objetiva do governo Imperial. Por intervenção objetiva se entendia não apenas o envio de alguns socorros, principalmente alimentação e remédios, para as áreas atingidas pela escassez de chuva; mas que parte dessa população fosse encaminhada para outras regiões do país, principalmente a Amazônia. A intenção das autoridades brasileiras era, ao menos tempo em que promover o socorro a estas populações, criar condições para que não mais dependesse do auxílio do governo. Diante destas questões, nos propomos analisar as ações do governo brasileiro, batizada por algumas autoridades de “atuação filantrópica”, tentando entendê-las não apenas como sentimento caritativo que se impunha ao governo diante de algumas tragédias, mas que as ações de socorro, no caso da seca de 1877, eram mediadas por interesses econômicos e por uma visão que permeava o século XIX, de que os indivíduos que viviam da caridade pública perdiam o hábito do trabalho, tornando-se indolente e inútil ao progresso da nação.

**Palavras-chave:** Seca – Filantropia – Governo - Século XIX

**Abstract:** The problems caused by the drought of 1877 in the provinces of northeastern Brazil demanded a more objective speech Imperial government. For intervention objective is not only meant to send some aid, mainly food and medicine to areas hit by the shortage of rain, but that part of the population were sent to other regions of the country, especially the Amazon. The intention of the Brazilian authorities was, the less time that promote the rescue of these people, to create conditions so that no more dependent on aid from the government. Considering these issues, we propose to examine the actions of the Brazilian government, dubbed by some authorities of “philanthropic activities”, trying to understand them not only as a charitable feeling that the government is required before some tragedies, but that the actions of assistance, in If the drought of 1877, were mediated by economic interests and a vision that permeated the nineteenth century, that individuals living in public charity lost the habit of work, become lazy and useless to the progress of the nation.

---

\* Mestre em História Social da Amazônia e Professor na Universidade Federal do Pará; doutorando em História Social e pesquisador do Núcleo de Referência Agrária pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [francivaldonunes@yahoo.com.br](mailto:francivaldonunes@yahoo.com.br).

**Key-words:** Drought - Philanthropy – government - Nineteenth Century

A escassez de chuva que atingiu as províncias do Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia, nos últimos anos do Império, tem sido tema de diversos trabalhos; como exemplo, os estudos de vanguarda de Rodolpho Theophilo “Histórias da secca do Ceará (1877-1880)”<sup>1</sup> e André Rebouças “A Sêcca nas Províncias do Norte”; este último publicado ainda em 1877.<sup>2</sup> Mais recentemente tem ganhado expressividade os trabalhos de Frederico de Castro Neves “A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará”<sup>3</sup> e os estudos de Marco Antonio Villa “A vida e morte no Sertão”.<sup>4</sup>

Ao estabelecer um diálogo com esses autores, procuraremos ao longo deste trabalho destacar os diferentes discursos das autoridades imperiais no sentido de entender como as ações de socorro as vítimas da seca são interpretadas, seja pelo governo, sejam pelos demais conjuntos da sociedade da época, que se expressavam através dos jornais. Nesse aspecto, os principais registros utilizados para compreensão deste período serão aqueles contidos nos periódicos, relatórios das autoridades e nos escritos dos autores que se aventuraram a estudar a seca de 1877 e seus efeitos.

Diante destas questões, nos propomos a pensar as ações do governo brasileiro tentando entendê-las não apenas como sentimento caritativo que se impunha ao governo diante de algumas tragédias, mas que as ações de socorro, no caso da seca de 1877, passam a ser mediadas por interesses econômicos, como no uso desses trabalhadores na execução de obras públicas, ou ainda em promover a distribuição desta população em áreas menos povoadas; aproveitando a força de trabalho desses grupos humanos. Outra situação, diz respeito à visão que permeava o século XIX, de que os indivíduos que viviam da caridade pública perdiam o hábito do trabalho, tornando-se indolente; o que, guardada as devidas proporções, justificativa a diminuição das despesas com caridade pública, entendida aqui como recurso do governo reservado para atender as “populações carentes” – para usarmos um termo de época; assim como legitimava a idéia de essas doações fossem acompanhada do envio destas populações a postos de trabalho; de forma a não mais depender do auxílio do governo. É o que se poderia chamar de “caridade pública” condicionada ao trabalho.

---

<sup>1</sup> THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

<sup>2</sup> REBOUÇAS, André. *A Sêcca nas Províncias do Norte*. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 43.

<sup>3</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

<sup>4</sup> VILLA, Marco Antonio. *A vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

## Caridade e interesse nas ações de filantropia

O ano de 1877 e os que se sucedem são de dificuldades por parte da população pobre que vivia nas províncias do Nordeste do Brasil. Conforme identifica Frederico de Castro Neves “era um momento extremamente delicado”; isto porque parcela significativa dos camponeses pobres abandonava suas terras e dirigia-se para os centros urbanos, em busca de auxílio.<sup>5</sup> Conforme dados, com o advento da seca, a população da cidade de Fortaleza, principal cidade da região atingida mais diretamente pela escassez de chuva, teria aumentado de 21 mil habitante em 1872, para 114 em 1878; situação que não era privilégio da capital da província do Ceará, pois outros centros enfrentavam problemas semelhantes. Aracati, cidade de 5 mil habitantes e que estava comportando mais de 60.000, Mossoró, na província do Rio Grande do Norte, com apenas 4 mil habitantes, que já atendia mais de 32 mil retirantes, são também exemplos dos “inchaços” sofridos pelas cidades em função da seca.<sup>6</sup>

A situação nos campos abandonados, nas estradas e nas cidades, principalmente Fortaleza, que passa a receber retirantes não apenas do Ceará, mas também de outras províncias, como o Piauí, por exemplo, eram nas palavras de Rodolpho Theophilo as piores possíveis, pois predominava a fome, a miséria e as doenças.<sup>7</sup> Nos dizeres do cronista da época, os pobres pediam esmolas, perambulavam sem ocupação pelas ruas, utilizavam as áreas públicas da cidade, como as praças e ruas, e trapaceavam para obter maiores ganhos da caridade; sem contar a marcha dos retirantes em direção as cidades, que era marcada pelo precário estado de saúde e nutrição desses retirantes; uma vez que, o abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuva se esgotavam e os últimos grãos que deveriam ser utilizados como sementes para novos plantios, já haviam sido consumidos.<sup>8</sup>

Conforme dissemos anteriormente, os retirantes, considerados as vítimas mais diretas da seca, pois eram obrigadas a abandonar as suas terras, espalhavam-se não apenas pelas cidades das províncias afetadas pela escassez de chuva, mas também foram pensados para ocupar outras terras do país; tendo com exemplo a Amazônia, idealizada como espaços de prosperidade e riqueza. Outras propostas correspondiam ao atendimento imediato às vítimas da seca como abertura de uma rede de transportes capaz de levar o

<sup>5</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. Niterói, Revista Tempo, v. 11, nº 22, jan.-jun. 2007, p. 92.

<sup>6</sup> SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca*. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 52.

<sup>7</sup> THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, p. 356.

<sup>8</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A capital de um pavoroso reino: Fortaleza e a seca de 1877*. Niterói, Revista Tempo, v. 05, nº 09, 2000, p. 97.

auxílio até os locais de moradia dos camponeses mais afetados. Nesse sentido, as ações de atendimento as vítimas da seca giravam em torno da criação de medidas que associassem sentimentos caritativos com o aproveitamento dos retirantes enquanto mão-de-obra para atuar em obras públicas e particulares.

Considerando estas questões pode se afirmar que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública passa a está associada ao trabalho. Se a caridade nada pedia em troca, no caso dos *socorros públicos oficiais*, como passou a ser chamada a política de atendimento as vítimas da seca, esta não se revestia de uma caridade pública, pois passou a ser vista como política de investimento, não apenas para execução de obras públicas, mas da transformação de antigos pedintes e mendigos em trabalhadores.

As ações atendimento as populações que sofriam com a seca não vinham apenas do governo imperial, mas também de particulares. No caso das ações de filantropia por parte de seguimentos mais abastados da sociedade local, Frederico de Castro Neves identifica a expansão “de uma rede de solidariedade que se organizava a partir de inúmeros ‘comissões de socorros’, formadas por pessoas caridosas, que recolhiam alimento e dinheiro”.<sup>9</sup> Um dos efeitos desta rede de solidariedade foi à campanha de arrecadação de donativos, desenvolvida na Corte e liderada por Liberato de Castro Carreira.

No caso das ações de filantropia, estas são interpretadas por Franciane Lacerda não apenas como sentimento de caridade que envolvia as pessoas “diante da desgraça do outro”, mas revelavam “o grau de importância que esses filantropos tinham na sociedade”; importância que poderia ser medida “diante do atendimento ou não de sua solicitação”.<sup>10</sup> As campanhas de doação serviam, portanto, para medir o grau de importância que estas pessoas ou entidades que promoviam as campanhas tinham diante da sociedade; situação que possibilitava maior barganha política.

Se por um lado havia uma propagação das campanhas de arrecadação de donativos, havia também os que defendiam uma intervenção rápida das autoridades na região, por intermédio da criação de obras públicas e frentes de trabalho que incorporassem imediatamente a mão-de-obra dos camponeses deslocados de suas terras. No caso da província do Ceará, a intervenção das autoridades concentrava-se no aproveitamento dos retirantes nos serviços de calçamento das ruas centrais de Fortaleza e no andamento das obras da estrada de ferro de Baturité.

---

<sup>9</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. Niterói, Revista Tempo, v. 11, nº 22, jan.-jun. 2007, p. 94.

<sup>10</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (Doutorado). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 180.

Ao governo ficava a responsabilidade não apenas de criar frentes de trabalho, mas também de dar maior organização a distribuição dos socorros. Nesse aspecto, a diversidade de situações vivenciadas pelos retirantes e a necessidade de exercer maior controle na distribuição dos auxílios levarão as autoridades provinciais a definir o atendimento aos retirantes a partir de categorias; conforme, principalmente, a situação de saúde. Nesse caso, as ações de atendimento se revestiam ao mesmo tempo de um caráter discriminatório, pois definia quem deveria ou não receber o auxílio, assim como regulava o grau de benefício do atendido.

Conforme informações das autoridades locais os socorros públicos estavam divididos em escolas para as famílias que não pudessem subsistir com seu trabalho; salários para os indivíduos considerados “válidos” que fossem empregados em serviços públicos; alojamento e roupas; rações para os recém-chegados e emigrantes; medicamentos e dietas para os enfermos; transportes para os emigrantes.<sup>11</sup>

Ao governo ficava ainda a incumbência de organizar os espaços para abrigar os retirantes. Neste aspecto, procurou-se organizar acampamentos de refugiados, também chamado de “abarracamentos”, ou seja, ajuntamento de retirantes que procuravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha.<sup>12</sup>

A atuação do governo imperial, efetivada através das administrações provinciais, eram ainda acompanhadas da perspectiva de se conduzir parte da população de retirantes para outras províncias, principalmente do Norte (caso do Pará e Amazonas) e Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro). De acordo com o jornal *O Liberal do Pará*, um dos periódicos sediados em Belém, os problemas provocados pela seca, poderiam ser resolvidos com uma intervenção mais objetiva do governo imperial. Por intervenção objetiva se entendia não apenas o envio de alguns socorros, principalmente alimentação, para as áreas atingidas pela seca, conforme propunha o Ministério da Agricultura em 1877.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> CEARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de novembro de 1878*. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879, p. 48.

<sup>12</sup> De acordo com Frederico de Castro Neves os abarracamentos insinuavam uma tentativa de disciplinar os movimentos dos retirantes no interior da cidade, “o que mais tarde (1915), iria transformar em campo de concentração”. NEVES, Frederico de Castro. *A capital de um pavoroso reino: Fortaleza e a seca de 1877*. Niterói, Revista Tempo, v. 05, n° 09, 2000, p. 99.

<sup>13</sup> Os gastos com o envio de alimentos pelo governo imperial entre os anos de 1877 e 1878 foram divulgados pelo Ministério da Agricultura em relatório a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura. Pelos cálculos do Ministro Carlos Leôncio de Carvalho as despesas chegava a uma soma de 2.280:332\$445 reis. A totalidade dessa verba havia sido encaminhada a casa comercial de Francisco de Figueiredo & CIA, encarregada da compra e remessa de gêneros alimentícios necessários aos socorros públicos. BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 42.

Para o jornal esses socorros seriam apenas “remédios temporários que podem suavizar a miséria por alguns dias ou quem sabe algumas semanas, no entanto a população pobre ficaria sempre faminta, carecendo cada vez mais de caridade pública”.<sup>14</sup> Visto como incapaz de resolver os problemas provocados pela seca, esses auxílios propostos pela administração imperial fariam com que os atendidos se tornassem cada vez mais dependentes da intervenção e os favores do governo. “O dinheiro da farinha, do pão, o socorro em fim dado hoje, amanhã ou noutro dia se acabará, e o faminto, sem meio e sem trabalho estenderá de novo a mão a esmolar; e ai do governo que não o socorra!” alertava o jornal.<sup>15</sup>

Nesse caso, o discurso do jornal se afinava com a tendência predominante entre os liberais, que pretendiam interferir profundamente nas estruturas produtivas do Sertão (aqui entendido como correspondente as regiões do interior do país), seja através da construção de obras públicas na região, seja transferindo parte desta população para outras regiões do Brasil.

A defesa da migração para Amazônia era ainda justificada na imprensa de Belém como necessária para prevenir o que se chamava de “tristes conseqüências da seca do Ceará”;<sup>16</sup> o que estava relacionada à fome e as epidemias que atingiam a população, e que teriam provocado o aumento da criminalidade nas províncias que sofriam com a escassez de chuva. Nesse caso, *O Liberal do Pará* recomendava a autoridade paraense que promovessem o transporte dos cearenses, pois, conforme advertia o jornal, “permanecendo no Ceará e vivendo a custa da caridade pública”, os cearenses “além de se tornarem ociosos e pesados à sociedade, perderão por fim os hábitos de trabalho e formarão um grupo sempre prejudicial à ordem pública”.<sup>17</sup> Nesse caso, a migração para Amazônia, passa a ser vista, não apenas como saída para resolver os problemas enfrentados pelas autoridades no Ceará, mas também como alternativa para superar as dificuldades da agricultura paraense, visto que, a migração arregimentaria um significativo número de trabalhadores para atividade agrícola.

---

<sup>14</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

<sup>15</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

<sup>16</sup> A atuação de populares durante os períodos de seca no Ceará e que resultava no que o jornal chamava de “tristes conseqüências” foi analisado por Frederico de Castro Neves como ações políticas coletivas que preocupavam as autoridades do Império. Nesse caso destaca: “Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos de 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará. No interior, os grupos de salteadores ocupavam o espaço vazio deixado pela população retirante e ameaçavam livremente as cidades quase desabitadas”. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 35.

<sup>17</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

De acordo com Ernesto Cruz, em estudo sobre os programas de colonização na Amazônia, as dificuldades encontradas pela agricultura do Pará era consequência do fracasso da imigração estrangeira desenvolvida pela administração provincial durante os primeiros anos da década de 1870.<sup>18</sup> Nesse aspecto, a migração nordestina era compreendida pelo autor como necessária a superação da falta de braços para o trabalho agrícola. Nos dizeres das autoridades, e identificadas pelo autor, ao mesmo tempo em que a atuação do governo imperial frente às populações que sofriam com a seca, poderia arregimentar mão-de-obra para o trabalho agrícola na Amazônia, por outro socorreriam da fome e miséria as famílias retirantes.

A lembrança de que o Pará necessitava de mais trabalhadores para atuarem na agricultura, acompanhada da idéia de que esses migrantes cearenses quando da sua chegada à província poderiam adquirir meios de vida com facilidade eram, para *O Liberal do Pará*, motivos suficientes para que as autoridades providenciassem a transferência de parte dessa população que se aglomerava nos centros urbanos do Ceará, principalmente Fortaleza.

Considerando ainda o editorial de *O Liberal do Pará* de 21 de junho de 1877, observa-se que, associado aos interesses da administração provincial em promover um corrente de migração para a Amazônia, havia também uma perspectiva das autoridades cearenses em promover o deslocamento dos retirantes que se aglomeravam nos centros urbanos. Para Frederico de Castro Neves a eminência de rebeliões por parte dessa população de retirantes permite compreender a política de migração para o Norte como “uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde”.<sup>19</sup>

De fato, uma das críticas que se fazia a atuação da presidência do Pará em relação aos problemas provocados pela escassez de chuva no Nordeste se referia as várias campanhas de doações de dinheiro promovidas pelo governo provincial. Uma dessas campanhas envolveu os membros da junta comercial de Belém, conseguindo arrecadar uma soma de 24:040\$270; dinheiro que deveria ser utilizado para socorrer as vítimas da seca no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.<sup>20</sup> Embora se destacassem os princípios humanitários dessas campanhas, chamava-se atenção dos êxitos que esse tipo de auxílio poderia gerar. Para os críticos do governo era preferível que esse dinheiro fosse utilizado no

<sup>18</sup> CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958, p. 49.

<sup>19</sup> NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 79.

<sup>20</sup> A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bazar em favor das vítimas da seca*. Belém, 15 de junho de 1877, p. 02.

transportes dos retirantes, pois possibilitava “arrancar da situação de miséria muitos cearenses”.<sup>21</sup>

José Joaquim do Carmo, presidente do Pará em abril de 1878, resume bem os interesses que estavam sendo posto: “Se o imigrante cearense procura terras que lhe retribuem o trabalho, o Pará precisa de braços que lhe fecundem as terras”.<sup>22</sup> Nesse caso, as intenções do governo provincial não deveriam se resumir apenas a interesses humanitários, ou seja, de garantir o socorro aos retirantes até o fim do período de escassez de chuva, mas aliar os princípios humanitários à necessidade de se arregimentar grupos de trabalhadores para atuarem na atividade agrícola.

A partir de 1878, com os desdobramentos da seca do ano anterior, a política de colonização no Pará se voltaria na promoção de condições para recebimento da migração cearense, numa visível demonstração de que os princípios humanitários, ou sentimentos caritativos nas ações de filantropia, não estavam dissociados dos interesses econômicos, relacionados ao aproveitamento da mão-de-obra dos camponeses vítimas da seca.

Segundo Marco Antonio Villa, o próprio governo imperial acabou estimulando a migração para outras províncias ao diminuir a alimentação que era fornecida aos retirantes; o que se por um lado piorava ainda mais as condições de sobrevivência nas cidades da região que sofria com a escassez de chuva, por outro acabava obrigando esses retirantes a migrar para a Amazônia.<sup>23</sup> O interesse em se conduzir parte dessa população de retirantes nordestinos para as províncias do Pará e Amazonas e outras partes do Brasil fica evidente nas orientações do Ministério dos Negócios do Império aos presidentes das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre os anos de 1878 e 1879. Nestas recomendações, ao mesmo tempo em que o Ministério solicitava que “se fizesse cessar as despesas de socorros públicos” anunciava a criação de novas verbas com o transporte de retirantes para outras províncias do país.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

<sup>22</sup> PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

<sup>23</sup> VILLA, Marco Antonio. *A vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 63.

<sup>24</sup> As recomendações para diminuição dos gastos com socorros públicos, ou seja, fornecimento de alimentação e vestuário foi acompanhado do anúncio da criação de alguns créditos para pagamento das despesas com transporte dos retirantes para outras províncias do país. Essa nova verba ficaria assim distribuída: Companhia Brasileira de Navegação a Vapor – 70:568\$900; Companhia Nacional de Navegação – 27\$900; Companhia de navegação Paulista – 48\$000; Companhia do Pacífico – 20\$000; Flotilha do Amazonas – 1:449\$400; Ministério da Marinha – 41:413\$404. BRASIL. *Relatório do anno de 1879 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império conselheiro Barão Homem de Mello*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1880, p. 85.

No caso do Pará, a mudança do Gabinete Ministerial em 05 de janeiro de 1878, agora sob o comando dos liberais, é acompanhada da construção de um plano de reorganização das colônias agrícolas no intuito de garantir o rápido estabelecimento dos colonos cearenses. O objetivo era possibilitar o estabelecimento de um maior número de retirantes, de forma que se diminuíssem as tensões nas províncias do Nordeste. Conforme orientações do Ministério da Agricultura o governo deveria aproveitar os estabelecimentos coloniais anteriormente construídos para atender a imigração estrangeira.<sup>25</sup> Assim, em abril de 1878 o governo do Pará atendendo as recomendações do governo imperial anunciava um plano de recebimento e acomodação de parte da população cearense que migrava para Amazônia.<sup>26</sup>

### Considerações finais

O exemplo da atuação do governo do Pará demonstra bem a relação que o Estado estabelece com a população que necessita de proteção por parte do governo brasileiro, levando a uma situação em que as ações de atendimento a esses grupos sociais devem ser caracterizadas não apenas como programas para aliviar os sofrimentos provocados pela seca, mas promover o aproveitamento desta população, de forma que esse grupo não ficasse dependente da caridade pública, ou como afirmava o periódico *O Liberal do Pará* “tornassem ociosos e pesados à sociedade, perdendo os hábitos de trabalho e formando um grupo sempre prejudicial à ordem pública”.<sup>27</sup> As ações de filantropia, portanto deveriam ser executadas, conforme observamos, não apenas envolvidas de sentimentos caritativos, mas também que também transformassem os dependentes da caridade pública em não mais consumidores dos recursos públicos, mas produtores da nação. Este pensamento parece ter afirmado as práticas públicas de auxílios aos pobres ao longo do século XIX.

### Fontes e Bibliografia

#### *Imprensa*

O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21/06/1877.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bazar em favor das vítimas da seca*. Belém, 15/06/1877.

#### *Relatórios e Fallas de Governo*

---

<sup>25</sup> BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878, p. 51.

<sup>26</sup> PARÁ. *Falla com que o exm. senr. dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Provincia do Pará," 1878, p. 06.

<sup>27</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878

BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. *Relatório do anno de 1879 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império conselheiro Barão Homem de Mello*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1880.

CEARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de novembro de 1878*. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878.

### **Bibliografia**

CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese (Doutorado). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. *A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. Niterói, **Revista Tempo**, v. 11, n° 22, jan.-jun. 2007.

\_\_\_\_\_. "A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)". In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. *A capital de um pavoroso reino: Fortaleza e a seca de 1877*. Niterói, **Revista Tempo**, v. 05, n° 09, 2000.

\_\_\_\_\_. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

REBOUÇAS, André. **A Sêca nas Províncias do Norte**. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1877.

SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João. **Os degredados filhos da seca**. Petrópolis, Vozes, 1983.

THEOPHILO, Rodolpho. **História da Secca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

**Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**

Ano I - Número I - Julho de 2009

[www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com)

ISSN: 2175-3423

VILLA, Marco Antonio. **A vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Editora Ática, 2001.

Recebido em 11/04/2009

Aprovado em 27/04/2009